



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 100

NATAL/RN DEZEMBRO DE 2014

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

@TCE_RN



THOMPSON FERNANDES PRESIDIRÁ O TCE

ELEITO PELOS SEUS PARES PARA PRESIDIR O TCE NO BIÊNIO 2015/2016, CONSELHEIRO THOMPSON FERNANDES SERÁ EMPOSSADO EM SOLENIDADE NO DIA 19 DE DEZEMBRO

PÁGINA 3



RETRATOS DO BRASIL

EM EVENTO EM BRASÍLIA, TCU ENTREGA AOS NOVOS GOVERNADORES RESULTADO DE AUDITORIA FEITA COM TCS DE TODO O PAÍS

PÁGINAS 6 E 7



O SERTÃO QUE HABITA EM NÓS

COM SENSIBILIDADE, ELZA APRESENTA EM TEXTOS E FOTOGRAFIAS A SUA PAIXÃO PELO SERIDÓ

PÁGINA 12

VISITA DE CORTESIA

O governador eleito Robinson Faria iniciou, pelo Tribunal de Contas, uma série de visitas de cortesia a instituições públicas do Estado. Na Corte de Contas, foi recebido pelo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, acompanhado dos conselheiros Carlos Thompson Fernandes (vice-presidente); Renato Costa dias, Adélia Sales, Gilberto Jales, Poti Júnior e Cláudio Emerenciano (auditor e conselheiro em exercício), além do procurador-geral de Contas, Luciano Ramos. Robinson estava acompanhado do vice-governador, deputado Fabio Dantas. No encontro, falou aos conselheiros, em linhas gerais, sobre programa de governo e solicitou a colaboração do TCE no sentido de realizar uma gestão transparente, a partir de 1º de janeiro de 2015.



CONCURSOS PÚBLICOS

O TCE irá fiscalizar, de forma concomitante, a partir de agora, os concursos públicos do Estado. De acordo com o levantamento feito pela Coordenadoria de Fiscalização de Admissão, que funciona junto à Diretoria de Atos de Pessoal do TCE, 11 municípios potiguares já anunciaram que irão realizar concursos públicos.

Os processos seletivos simplificados também serão fiscalizados.

AULA PRÁTICA

O Plenário do Tribunal de Contas contou com um componente a mais na sessão do dia 18/11: alunos da turma do curso de Gestão Pública da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN participaram da sessão, observando na prática como se processa o Direito Administrativo. “Estamos estudando contratos e licitações. Aqui vemos na prática a teoria vista em sala de aula, sobretudo no que se refere ao controle da execução orçamentária”, relatou o professor Claudomiro Júnior.

Os alunos foram saudados pelo presidente em exercício do TCE, Carlos Thompson, e pelo conselheiro Gilberto Jales, que enfatizaram o fato de ser a primeira turma da UERN formada por funcionários públicos.

BALANÇO DA GESTÃO

O programa “Com a palavra TCE” entrevistou o presidente Paulo Roberto Chaves Alves. O conselheiro fez um balanço dos últimos dois anos em que esteve à frente da Corte de Contas. Paulo Roberto destacou como principais realizações da sua gestão, a implantação do Plano de Carreira dos Servidores; a modernização de diretorias; a intensificação de medidas cautelares e a criação da Comissão de Auditoria de Operações de Crédito Externo (COPCEX), que obteve reconhecimento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento – para auditar operações financiadas pelo banco no Estado. Veja a entrevista no site www.tce.rn.gov.br.

CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DE CONTAS

O procurador-geral de Contas do TCE, Luciano Ramos, foi reeleito para o cargo de presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC). A votação aconteceu durante a 5ª reunião ordinária do Conselho, realizada dentro da programação do XII Congresso Nacional do Ministério Público de Contas, em Maceió.

A nova diretoria do CNPGC tem a seguinte composição: Presidente – Luciano Ramos (MPJTCE/RN), Vice – Presidente Região Norte – Elizabeth Massoud Salame da Silva (TCM- PA), Vice- Presidente da Região Nordeste – Márcio André M. de Vasconcelos (MPC-PI), Vice-Presidente da Região Centro-Oeste – José Aedo Camilo (MPC-MS) e Vice- Presidente da Região Sudeste – Celso Augusto Matuck F. Júnior (MPC-SP).

CONCURSO PARA AUDITOR DO TCE

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado aprovaram, em sessão plenária, proposta de alteração na Lei Orgânica do TCE, visando à realização de concurso público para o cargo de auditor. A proposta foi encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa, a fim de ser aprovado o projeto de Lei. Para o concurso, poderão concorrer às duas vagas que serão disponibilizadas profissionais da área de Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas, Economia e Administração, que tenham entre 35 e 65 anos e 10 anos de experiência profissional. “Foram fixados critérios de seleção semelhantes aos exigidos para o cargo de conselheiro”, relatou o presidente em exercício da Corte de Contas.

LANÇAMENTOS

O final do ano será recheado por lançamentos de livros, com destaque para a Revista do TCE, que este ano presta homenagem ao artista plástico Dorian Gray, além do compêndio com os trabalhos de conclusão de curso dos servidores que concluíram os cursos de gestão pública, graduação (UFRN) e especialização (ILP).

TCE EM PAUTA

COMPOSIÇÃO DO TCE

CONSELHEIROS

Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 1ª Câmara e Diretora da Escola de Contas

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Presidente da 2ª Câmara e Corregedor Geral

Tarcísio Costa

Ouvidor

Renato da Costa Dias

Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Conselheiro

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Auditor

Cláudio José Freire Emerenciano

Auditor

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Secretário de Administração-Geral

Laércio Segundo de Oliveira

Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral

Luciano Silva Costa Ramos

Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social

João Batista Machado

Editor

Eugênio Parcelle

Repórteres

Andréia Moraes

Graciema Maria Carneiro

Rosalie Arruda

Apoio

Fátima Moraes

Hellays Silva

Revisão

João Maria de Lima

Fotos

Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

Impressão

Solução Gráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP.

59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br

GESTÃO

THOMPSON FERNANDES É O NOVO PRESIDENTE DO TCE, E ADÉLIA É VICE



O conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes é o novo presidente do Tribunal de Contas do Estado para o biênio 2015/2016; e a conselheira Maria Adélia de Arruda Sales Sousa, a vice-presidente. A eleição foi realizada na sessão do Plenário de terça-feira (02/12), ocasião em que ainda foram eleitos os componentes da 1ª Câmara de Contas, que será presidida pelo conselheiro Gilberto Jales e terá como membros Tarcísio Costa e Adélia Sales,

além do auditor Marco Montenegro; a 2ª Câmara de Contas será presidida pelo conselheiro Renato Dias e composta por Paulo Roberto Alves e Poti Júnior. O Corregedor será Paulo Roberto Alves; o Diretor da Escola de Contas, Tarcísio Costa; e o Ouvidor, Francisco Potiguar Júnior. A posse ocorrerá no próximo dia 19 de dezembro.

Thompson Fernandes tem sua história profissional extremamente ligada ao Tribunal de Contas, onde exerceu o

cargo de Procurador do Ministério Público Especial no Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte (aprovado em 1º lugar em concurso público), sendo eleito posteriormente para o cargo de Conselheiro, em decorrência da aposentadoria do então conselheiro Getúlio Nóbrega. Anteriormente, exerceu os cargos de Procurador do Banco Central do Brasil; Defensor Público do Distrito Federal e Procurador do Ministério Público Especial no Tribunal de

Contas do Distrito Federal. No TCE potiguar, presidiu a 1ª Câmara de Contas e foi vice-presidente. Também é professor de Direito Constitucional I, II, III e IV do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN).

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Thompson é Mestre em Direito do Estado – Direito Constitucional – pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É coautor do livro *O Novo Constitucionalismo na Era Pós-Positivista*, escrito em homenagem a Paulo Bonavides - Editora Saraiva, 2009.

Adélia Sales é bacharela em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ao longo de sua vida profissional, exerceu vários cargos públicos, entre os quais se destacam: Coordenadora Geral do Gabinete Civil do Governo do Estado; Diretora Administrativa e Diretora Presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário – CIDA/RN; Diretora Administrativa e Financeira da Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN.

Após ter exercido esses cargos, precisamente em 29 de março de 1983, foi nomeada pelo então governador Lavoisier Maia Sobrinho, para assumir o cargo efetivo de Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Nessa condição, exerceu, por diversas vezes, em caráter de substituição legal, as funções de Conselheira da mesma instituição, permanecendo no referido cargo de auditora até 25 de dezembro de 2006.



Presidente da 1ª Câmara
Conselheiro Gilberto Jales



Corregedor
Conselheiro Paulo
Roberto Alves



Presidente da 2ª Câmara
Conselheiro Renato Costa Dias



Diretor da Escola de Contas
Conselheiro Tarcísio Costa



Ouvidor
Conselheiro Poti Júnior

RELATÓRIO

TCE APROVA CONTAS DO GOVERNO COM RESSALVAS

Foi a sessão mais demorada já registrada no TCE, tendo durado mais de 5 horas. No final, por maioria de 3 votos contra 2, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer prévio aprovando com ressalvas as contas da governadora Rosalba Ciarlini referentes a 2013. Agora, o processo foi encaminhado para análise pela Assembleia Legislativa.

O relator do processo, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, votou no sentido de emitir parecer prévio pela desaprovação das contas, em vista das irregularidades por ele apontadas, entre as quais, a abertura de créditos adicionais sem autorização legislativa e sem limites, a não aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos com investimentos em educação, a extrapolação do limite total de gastos com pessoal do Estado e o cancelamento de restos a pagar processados, impropriedades consideradas graves pelo relator.

Em seguida, o conselheiro Poti Júnior apresentou voto divergente, sugerindo a aprovação das contas, com ressalvas, acolhendo as alegações apresentadas pela governadora do Estado em sua defesa. Após os debates da matéria, o conselheiro relator Thompson Fernandes foi acompanhado pelo conselheiro Renato Costa Dias, enquanto que, ao voto divergente do conselheiro Poti Júnior, aderiram os conselheiros Tarcísio Costa e Adélia Sales. O conselheiro Gilberto Jales, ausente justificadamente à sessão, já havia firmado suspeição para votar a matéria.

No início da sessão plenária, o conselheiro Thompson Fernandes



Sessão do Tribunal Pleno aprova com ressalvas as contas do Governo referentes ao exercício de 2013

informou como o relatório anual foi produzido, lembrando que, em vista das impropriedades observadas, já havia suscitado em Plenário questão de ordem em que, devidamente acolhida pela Corte em agosto do corrente ano, ensejou a citação da governadora do Estado para apresentar defesa, possibilitando à Chefe do Poder Executivo exercer o contraditório e a ampla defesa consagrados na Constituição Federal.

A sessão foi acompanhada pelo controlador-geral do Estado, José Anselmo de Carvalho Júnior, pelo procurador do Estado Luiz Marcelo Cavalcanti de Sousa,

representando o Procurador-Geral do Estado, e pelo o procurador Thiago Martins Guterres, em exercício na Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas. O conselheiro Thompson Fernandes e o presidente do Tribunal, conselheiro Paulo Roberto Alves, fizeram um agradecimento especial à

comissão de assessoramento que trabalhou na elaboração do relatório, presidida pelo assessor Anderson Leonardo de Oliveira Brito e composta ainda por Marise Magaly Queiroz Rocha, Janaína Danielly Cavalcante Bulhões, Heder Azevedo da Rocha e Kátia Regina dos Santos Nobre.

Veja a íntegra do relatório anual, a defesa da governadora Rosalba Ciarlini, os votos proferidos e as propostas de parecer prévio apresentadas pelos conselheiros Thompson Fernandes (relator) e Poti Júnior, com suas respectivas recomendações, acessando o link
http://www.tce.rn.gov.br/2009/noticias/noticia_popup2.asp?id=2801

INTEGRAÇÃO

TRIBUNAL SE FILIA À OLACEFS

O Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte fará parte da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), instituição que é reconhecida internacionalmente no âmbito da fiscalização do setor público. Para legitimar a filiação, o presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, participa da XXIV Assembleia Geral da OLACEFS, que está ocorrendo em Cuzco, Peru.

Na sessão do Pleno da última quinta-feira, Paulo Roberto informou ainda que a OLACEFS é uma entidade apolítica, encarregada de cumprir funções de pesquisa científica especializada nos temas afins. A partir de troca de experiências, a entidade publica diretrizes internacionais para a gestão financeira, elabora metodologias e promove o intercâmbio de informações entre seus membros.

A OLACEFS tem, em seus quadros, a representação de 23 países membros e é um dos grupos regionais da International Organization of Supreme Audit Institutions (Intosai). No Brasil, além do Tribunal de Contas da União, são membros os TCs do Espírito Santo, de Tocantins, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Atualmente, a entidade é presidida pelo presidente do Tribunal de Contas da União - TCU, ministro Augusto Nardes, que formulou o convite à integração do TCE potiguar.

DESENVOLVIMENTO

BIRD APROVA PROJETO NAS ÁREAS DE CAPACITAÇÃO E ATOS DE PESSOAL NO TCE

O Tribunal de Contas do Estado teve aprovado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, projeto que trata do “fortalecimento institucional do TCE/RN”, envolvendo as áreas de Capacitação (Escola de Contas) e de Controle de Atos de Pessoal (Diretoria de Atos de Pessoal), totalizando R\$ 994 mil. O Termo de referência do referido projeto deverá ser apresentado até o dia 10 de fevereiro de 2015.

O projeto objetiva apoiar ações de modernização da gestão no setor público para uma prestação de serviços de forma mais eficaz e eficiente, de forma a melhor atender a sociedade e foi aprovado no âmbito do RN Sustentável. Assim, os recursos destinados ao TCE possibilitarão o desenvolvimento e implantação de Sistema de EAD para o TCE, na capacitação dos jurisdicionados, no valor de R\$ 500 mil e desenvolvimento de sistema informatizado de controle de atos de pessoal, no valor de R\$ 494 mil, investimentos em obras, aquisição de bens e realização de consultorias.

INTERNACIONAL


TCE firma parceria com BID e Governo do Estado para auditar o Profisco

COPCEX VAI AUDITAR O PROFISCO

O Tribunal de Contas do Estado está devidamente legitimado para auditar os recursos do Programa de Integração e Modernização da Administração Fiscal do Rio Grande do Norte – Profisco RN, que envolve recursos na ordem de US\$ 7 milhões, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, executado pela Secretaria de Tributação do Estado.

Parceria neste sentido foi assinada nesta quarta-feira pela manhã pelo TCE, BID e Secretaria de Tributação, na sala de reuniões da presidência do TCE. “Iniciamos a aplicação destes recursos utilizando R\$ 8 milhões na aquisição de equipamentos de informática e na reforma de algumas estruturas físicas, mas a maior parte dos recursos ainda será executado”, informou o secretário estadual de Tributação, José Airton da Silva.

“A assinatura deste termo de capacitação técnica é muito importante, pois mostra que o TCE está preparado para auditar projetos internacionais, conquista alcançada após todo um diagnóstico efetivado por estas organizações internacionais, que são extremamente criteriosas”, destacou o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves.

Além do presidente do TCE e o secretário de Tributação, participaram da assinatura do convênio o secretário-chefe do gabinete civil do Estado, Carlos Augusto Rosado; o consultor do BID, Antônio Yamada; o coordenador da Comissão de Auditoria de Operações de Crédito Externo - Copcex/TCE, Márcio Loyola; o secretário de controle externo do TCE, Jailson Tavares e o chefe da gabinete da presidência, Jaime Mariz de Faria Neto.

DIAGNÓSTICO

LANÇADO EM BRASÍLIA “PACTO PELA GOVERNANÇA”

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Paulo Roberto Alves, considerou uma “grande ousadia” o evento “Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil”, realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, na última segunda-feira, em Brasília, ocasião em que foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre importantes temas do País, como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura, produzidos em parceria com várias instituições, entre as quais os TCs.

A avaliação foi feita na ordem do dia da sessão do Plenário desta quinta-feira, informando que o evento teve por objetivo contribuir para a superação de conhecidos problemas em áreas críticas enfrentadas pelos governantes e pela sociedade, ao se explicitar, em relatórios individualizados, o resultado de diversas auditorias realizadas pelo TCU e pelos tribunais de contas estaduais nos temas discutidos. Busca-se, assim, uma otimização da utilização dos recursos públicos e a disseminação de boas práticas de governança pública.

Além da apresentação do documento, entregue a todos os governadores eleitos, o encontro contou com vários painéis, com reconhecidos jornalistas e especialistas discutindo os temas em questão. O documento, com resultados de auditorias nas áreas de segurança pública, previdência social, saúde, educação e infraestrutura, foi entregue ao governador eleito, Robinson Faria.

O evento foi realizado em parceria com a Associação de Membros de Tribunais de Contas – Atricon, Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, Confederação Nacional da Agricultura –



Presidente do TCE, Paulo Roberto, participou em Brasília do evento “Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil”, realizado pelo TCU

CNA, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Comicro, Confederação Nacional de Saúde – CNS, Confederação Nacional de Serviços – CN Serviços, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, Confederação Nacional do Transporte – CNT, Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Conselho Federal de Administração – CFA, Conselho Federal de Medicina – CFM, Fórum dos Conselhos de Fiscalização Profissional, Instituto Rui Barbosa – IRB e Tribunais de Contas Estaduais.



Presidente do TCU, ministro Augusto Nardes

AÇÃO

TCU APRESENTA MAPEAMENTO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, dia 17/11, o evento “Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil”, no qual foi apresentado ao presidente da República em exercício, Michel Temer, e aos governadores eleitos documento com diagnóstico sobre importantes temas do País, como saúde, educação, previdência social, segurança pública e infraestrutura.

O evento teve por objetivo

contribuir para a superação de conhecidos problemas em áreas críticas enfrentadas pelos governantes e pela sociedade, ao se explicitar, em relatórios individualizados, o resultado de diversas auditorias realizadas pelo TCU e pelos tribunais de contas estaduais nos temas discutidos. Busca-se, assim, uma otimização da utilização dos recursos públicos e a disseminação de boas práticas de governança pública.

SAÚDE

Um dos problemas relatados pelo TCU foi a deficiência na gestão de recursos humanos e materiais, como déficit de pessoal, falta de estimativa adequada de aquisição de medicamentos e insumos e insuficiência de instrumentos de gestão e controle. Além disso, foram identificadas falhas na regulação dos preços de medicamentos, como aquisição por preços acima dos valores máximos fixados e não aplicação de descontos legais obrigatórios. Por último, o Tribunal relatou haver forte desigualdade na prestação de serviços, tanto na comparação do modelo público com o privado, quanto dentro do SUS, quando comparadas as regiões do país.

SEGURANÇA PÚBLICA

A primeira falha apresentada pelo Tribunal foi a fragilidade da Política Nacional de Segurança Pública, devido à inexistência de documento ou normativo único que estabeleça formalmente o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos para a segurança pública do País, lacuna que fragiliza a atuação sistêmica de combate à criminalidade por parte dos entes federativos. O segundo ponto relatado nesse tema foi a vulnerabilidade da fronteira brasileira, onde há dificuldade de integração entre as atribuições dos órgãos federais e estaduais. Por fim, o TCU verificou a dificuldade de integração entre os órgãos de segurança, a exemplo das secretarias estaduais de segurança pública, em que 28% não compartilham informações com outros órgãos de seu próprio estado (por exemplo, as polícias) e 68% não o fazem com os estados vizinhos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Uma das fragilidades verificadas pelo TCU foi a insustentabilidade do regime geral de previdência social, influenciada pelo grande volume de renúncias previdenciárias implementadas que, se não forem rigorosamente calculadas, poderão desequilibrar a sustentabilidade do regime. O segundo ponto apresentado nessa área foi a ausência de registro dos passivos atuariais dos regimes da previdência social no Balanço Geral da União (BGU) devido à falta de transparência sobre o déficit atuarial do regime geral. Por último, o Tribunal verificou risco de descontinuidade da operação do INSS pelo fato de que 26% dos servidores da autarquia possuem condições de aposentar-se imediatamente, chegando a 46% até 2017, em áreas de análise e concessão dos benefícios.

EDUCAÇÃO

A primeira fragilidade apresentada foram deficiências no aparelhamento da rede pública de educação infantil, relacionadas ao atraso no repasse de recursos da União para unidades do Proinfância, situação verificada em metade dos convênios nos quais as obras atingiram o percentual de 80% de execução física. Também foram verificadas inadaptação do projeto arquitetônico às diversidades regionais, insuficiência de apoio pedagógico e falta de utilização ou utilização inadequada dos espaços planejados. Ainda nesse tema, o TCU verificou falta de definição de padrões mínimos de qualidade para o ensino médio e evasão na educação profissional.

INFRAESTRUTURA

O TCU identificou planejamento deficiente e baixa qualidade dos projetos de infraestrutura, caracterizados por projetos básicos ou executivos deficientes. Também foi apresentada deficiência na governança das agências reguladoras, como alta vacância de cargos nos conselhos e nas diretorias, impossibilitando a tomada de decisão, devido aos quóruns mínimos necessários. Um terceiro problema foi a inadequação do escoamento da safra agrícola brasileira, devido à interiorização da produção e ao maior distanciamento das áreas produtivas em relação aos centros consumidores do País e aos principais portos exportadores. Por último, foram apresentados atrasos e descompassos na implantação dos empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica.

Veja a íntegra dos documentos por tema, por Estado e por região, acessando o link <http://portal.tcu.gov.br/retratodobrasil/>

DESPEDIDA

Auditor Cláudio Emerenciano deixa o TCE em função da aposentadoria



O REPOUSO DO GUERREIRO

A sessão do Pleno de quinta-feira, 06/11, no Tribunal de Contas do Estado, foi marcada pela despedida do conselheiro em substituição Cláudio Emerenciano, que deixa o cargo em decorrência da aposentadoria. Logo no início, o Presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, destacou o preparo intelectual, a dedicação e o amor demonstrado ao Tribunal. “Às vezes demonstrava certa inquietude, ansiedade em querer resolver as coisas, sempre pensando no bem desta Casa”, ressaltou, dizendo que a Casa sempre estaria aberta para seus conselhos.

A palavra foi facultada aos demais presentes. O conselheiro Poti

Júnior destacou os 26 anos de dedicação ao TCE, enfatizando a forma como contribuiu para o engrandecimento da Instituição. O conselheiro Thompson Fernandes lembrou-se do professor e amigo. “Aprendi muito com seus ensinamentos. Das suas qualidades, destaco seu comportamento no ambiente de trabalho, é uma pessoa que agrega, está sempre alegre, faz o bem. Isso é importante no dia a dia”.

O conselheiro Gilberto Jales citou uma passagem bíblica “Vós sois o sal da terra”, buscando fazer uma analogia com a trajetória de Cláudio Emerenciano que, como o sal que modifica o sabor dos alimentos, e muitas vezes

you don't see, assim também são as pessoas, com a sua presença, seus toques, exemplos que são marcantes e ficam. A conselheira Adélia Sales destacou como seu traço marcante a solidariedade, a cultura literária, a sensatez e o equilíbrio. O procurador do Ministério Público de Contas, Thiago Guterres, desejou votos de sucesso, paz e tranquilidade. “Aproveite para descansar, sem se esquecer de produzir intelectualmente.”

Emocionado, Cláudio Emerenciano agradeceu a todos. “As palavras não somente me emocionaram, mas concorreram para renovar dentro de mim algo sobre a saudade. Para mim,

saudade remete à permanência, a tudo quanto eu acalento de cada um de vós. Levo a presença, a permanência dos laços que nós criamos mutuamente”, disse, lembrando-se de personalidades marcantes com quem conviveu na Corte de Contas, como José Gobat Alves, Múcio Vilar Ribeiro Dantas, José Fernandes de Queiroz e Nélio Dias. Agradeceu a todos os servidores da Casa, sobretudo à equipe com quem trabalhou durante anos e, finalizando, também citou a Bíblia, lembrando-se das palavras de Cristo, em um diálogo com um dos seus apóstolos: “Eu não vim para ser servido, mas para servir”.

MÉRITO

HOMENAGEM A PERSONALIDADES QUE PRESTARAM SERVIÇOS À SOCIEDADE

Em sessão especial presidida pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Paulo Roberto Alves, foi realizada na sexta-feira, 31/10, solenidade de entrega da Medalha do Mérito “Governador Dinarte Mariz” a personalidades da vida cultural, política, educacional, científica e administrativa do Rio Grande do Norte, além de outros agraciados no âmbito nacional.

Este ano foram agraciados Débora Araújo Seabra de Moura, educadora; João Augusto Ribeiro Nardes, presidente do TCU; José Ricardo Lagreca de Sales Cabral, médico; Jurandyr Navarro da Costa, advogado e escritor; Manoel de Melo Montenegro (in memoriam), agropecuarista; Manoel Torres de Araújo (in memoriam), ex-Deputado Estadual; Marlúcia de Souza Saldanha, educadora; Sátiro Cavalcanti Dantas, padre e educador; Valdecir Fernandes Pascoal, presidente da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e Walter Pereira Alves, Deputado Estadual.

Participaram da solenidade a governadora, Rosalba Ciarlini; o governador eleito Robinson Faria; o presidente do Tribunal de Justiça, Aderson Silvino; representante da Assembleia Legislativa, deputado George Soares; conselheiros, auditores, membros do Ministério Público de Contas, familiares dos homenageados, autoridades civis, militares e convidados. Na abertura da solenidade, o Coral Canto de Contas apresentou dois números de clássicos da música popular brasileira.

Designado para homenagear os agraciados em nome do TCE, o conselheiro Gilberto Jales ressaltou que, na atualidade, a sociedade busca mais do que a análise das contas. Objetiva para além do dever da legalidade dos atos de gestão. “O povo clama por uma nova, eficiente, eficaz e boa governança”, enfatizou, destacando que “as coisas estão mudando e mudando para melhor. A atuação quase que exclusivamente fiscalizatória, punitiva, e sancionatória está cada dia sendo



Conselheiros do Tribunal de Contas e homenageados contemplados com a Medalha do Mérito “Governador Dinarte Mariz”

sobreposta pela nova postura, mais eficiente, mais atuante, mais proativa, oxigenada por medidas de caráter acautelatório, por inspeções in loco e até concomitante aos fatos, que visam à atuação preventiva do controle externo.”

Mais adiante acrescentou: “As ações de orientação, as atividades e eventos de capacitação, ora voltadas para nosso corpo técnico e, na maioria das vezes, para os jurisdicionados, buscam aprimorar a administração pública. O exercício contínuo do controle social, através da nossa ouvidoria ou pela presença permanente do Tribunal em eventos possibilita a aproximação com a sociedade”, ressaltou o conselheiro na saudação aos homenageados.

Falando sobre os homenageados, lembrou que cada um atuou e atua, para muito além do simples cumprimento de seu dever. São protagonistas de atuação para muito além de suas obrigações, certamente buscando compensar os atores sonolentos da sociedade. “É educar pelo exemplo. No reconhecimento do trabalho, no cumprimento fiel, digno e obstinado desses nossos homenageados, O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte faz passar às gerações de hoje e de amanhã, os valores do bem e da ética, como cumprimento fiel e devo-

tado da missão de cada cidadão e cidadã”, relatou, finalizando.

Coube ao presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, fazer o discurso de agradecimento em nome dos homenageados. No início, destacou o trabalho executado pelos Tribunais de Contas no país. “A atuação de um Tribunal de Contas abrange os mais diversos setores da vida econômica nacional. Desafios diários são impostos às Cortes de Contas, traduzidos em um sem-número de processos de complexidade cada dia mais elevada, que tratam de assuntos relacionados a obras públicas, usinas hidrelétricas e nucleares, questões sociais, de saúde, educação, pesquisa, entre muitas outras”, ressaltou, enfatizando “estamos continuamente nos reestruturando para atuar de forma cada vez mais preventiva e coibir a ocorrência do mau uso e de desvios de recursos públicos, ainda na sua origem”.

Neste aspecto, lembrou a cruzada do TCU em busca de viabilizar um grande pacto nacional em prol da melhoria da governança das instituições e das políticas públicas, com objetivo de possibilitar um melhor direcionamento, monitoramento e avaliação dos gestores que delas cuidam, tanto nos pequenos municípios quanto em grandes corporações federais

como a Petrobrás e o BNDES. “Nessa empreitada, o conjunto de Tribunais de Contas, com o apoio do Instituto Rui Barbosa e da Atricon, conseguiu dar concretude à palavra parceria, materializada pela realização, de forma coordenada, de um conjunto de auditorias em áreas de grande relevância para o nosso desenvolvimento, como educação, meio ambiente e saúde”, informou.

O presidente do TCU ressaltou a importância das auditorias coordenadas, que vêm sendo executadas pelas Cortes de Contas com foco em temas estratégicos, destacando o levantamento sobre o estágio da governança pública nas entidades do poder executivo, legislativo e judiciário que está sendo realizado. “Mais de 6 mil órgãos e entidades dos municípios, Estados e da União já responderam ao questionário enviado. Ao final do trabalho, será possível saber, por exemplo, se há indicadores e metas estabelecidas e monitoradas em planos estratégicos formalmente instituídos, se as pessoas são escolhidas com critérios profissionais e se são treinadas e avaliadas. Se há meritocracia no serviço público, se a entrega dos produtos e serviços prometidos é avaliada e acompanhada pelos governantes e se há transparência para a sociedade e para o controle. Como resultado dessa cooperação, em todos os Estados, nasceu a ideia de realizarmos um grande encontro das entidades de controle e de representantes da sociedade organizada com os governantes eleitos, no próximo dia 17 de novembro, denominado ‘Retratos do Brasil – contribuições ao desenvolvimento nacional’, ocasião em que será entregue ao Presidente e aos governadores escolhidos pelo povo um conjunto de desafios identificados por essas organizações para as áreas da saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e infraestrutura, como forma de colaboração para um planejamento de longo prazo que pense o futuro do Brasil em um horizonte mais ampliado”.

COMUNICAÇÃO



TCE LANÇA PORTAL

“Mais limpo, leve e moderno”. Com estas palavras, o diretor de Informática do Tribunal de Contas, Paulo Roberto Oliveira de Melo, sintetiza como será o novo portal do TCE, a ser lançado nos próximos dias. “Buscamos o que existe de mais avançado em termos de tecnologia de informação, disponibilizando um conteúdo qualificado tanto para os jurisdicionados quanto para os usuários de uma forma geral”, relatou, lembrando que, além dos dados da versão atual, foram incorporadas ferramentas de mídias sociais (Facebook, Twitter) e, inclusive, a versão mobile e também espaços específicos para que os diversos setores possam divulgar informações que considerem relevantes.

Com o avanço da tecnologia de informação, o aprimoramento da comunicação das instituições, sejam públicas ou privadas, transformou-se em política estratégica da gestão. No caso do TCE, a priorização do setor de informática, seja com a contratação de pessoal (selecionado através de concurso público), seja na aquisição de equipamentos sofisticados, foi visível. Nos últimos anos, sobretudo a partir do Pro-moex (Programa de Modernização do Controle Externo), foram realizados investimentos que terminaram por provocar mudanças significativas na rede de Tribunais de Contas do País. E tudo aconteceu associado a mudanças no ordenamento jurídico.

Quem acompanha o avanço da atuação do controle externo no País percebe, claramente, a “revolução” que vem acontecendo como consequência da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que trouxe novas demandas para as cortes de contas. Só para dar uma ideia, há vinte anos eram raras

as notícias divulgadas nos jornais impressos com foco no TCE. Foi justamente neste período temporal que foi criada a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Contas que, paralela aos avanços tecnológicos e na Legislação, colaborou para que os resultados do TCE fossem pauta nas redações dos principais jornais, ao mesmo tempo em que a própria organização investisse na sua estrutura interna de comunicação. Hoje, o noticiário gerado a partir da Corte de Contas transformou-se em rotina.

O novo portal do TCE foi construído tendo como base estas referências históricas. O esqueleto e o design foram executados pela Diretoria de Informática, aproveitando todo o conteúdo já conhecido pelos usuários com aprimoramento das seções. Logo na página inicial, o usuário terá acesso à página de notícias, sempre com fotos e informações atualizadas, dando uma dinâmica ao site. Abaixo, foram disponibilizados links para as páginas mais acessadas: Portal do Gestor, Escola de Contas, Diário Eletrônico, Transparência TCE RN e Transparência dos Jurisdicionados (veja box).

Além dos dados institucionais e históricos, foram definidos espaços para o Ministério Público de Contas, Auditoria Operacional, Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), Controle Público, Improbidade Administrativa, GT COM, SIAI, SIAI de Pessoal, Licitações, Ouvidoria, Acesso à Informação, Consulta Processos, Jurisprudência, Consultas, Certidões, Contas do Governo, Empresas Inidôneas, Emissão de Boletos, Relação Ficha Limpa, Atas, Pautas, Consulta Documento e Área Restrita.

O PORTAL DO GESTOR é um ambiente disponibilizado aos órgãos Jurisdicionados com a finalidade de coletar e divulgar informações relacionadas às atividades do Controle Externo, nos termos do que determina a Resolução nº 022/2011. O acesso será autorizado após o prévio cadastramento e habilitação dos usuários.

O DIÁRIO ELETRÔNICO é o veículo oficial de publicação e divulgação dos atos processuais e administrativos do Tribunal de Contas do Estado. Está disponível no formato PDF e poderá ser visualizado através da aplicação gratuita Foxit Reader®.

ESCOLA DE CONTAS tem por finalidades o desenvolvimento de estudos relacionados com as técnicas de controle da administração pública, o planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como a realização de treinamento dos gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados. No site, disponibiliza desde informações sobre a realização de cursos até a emissão de certificados.

TRANSPARÊNCIA DO TCE - Conforme artigo 48A da Lei Complementar nº 101/2000, popularmente chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, o TCE/RN disponibiliza à sociedade o acompanhamento da execução da receita e despesa em tempo real.

TRANSPARÊNCIA DOS JURISDICIONADOS - De acordo com a LRF (Lei Complementar nº 101/2000), deverá ser dada ampla divulgação aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Neste sentido, o TCE/RN disponibiliza à sociedade os Links dos Portais de Transparência dos Órgãos da Esfera Municipal e Estadual e os dados das prestações apresentadas por seus Jurisdicionados. Ressalte-se que os dados exibidos neste ambiente são de responsabilidade dos gestores, portanto a situação demonstrada não retrata qualquer juízo de valor desta Corte.

LEGISLAÇÃO

O DESAFIO DA TRANSPARÊNCIA

Levantamento efetuado pela Ouvidoria do Tribunal de Contas – órgão responsável pela fiscalização do cumprimento da Lei da Transparência, em consonância com a Diretoria de Controle Externo, detectou que, dos 167 municípios do Estado, apenas 20 responderam a 50% do que exige a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que regulamenta a transparência da gestão fiscal. Diante deste cenário, o diretor de Controle Externo do TCE, Jailson Tavares, alertou que “o descumprimento de uma única exigência pode impedir a liberação da certidão de atendimento à transparência da gestão fiscal, documento sem o qual não se pode firmar convênio nem se solicitar empréstimo”.

“Este é o maior desafio que temos: fazer com que o gestor cumpra a Lei da Transparência”, relatou Jailson, lembrando que a Lei determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No entanto, apesar de todas as capacitações efetuadas, ainda há uma resistência enorme dos ordenadores de despesas de apresentarem as contas públicas de forma correta e regular. “O não cumprimento da Legislação pode incorrer em penalidades, com repercussão no município”, enfatizou, acentuando que paralelo a atitudes repressivas, o TCE pretende promover uma ação pedagógica que colabore na mudança do cenário atual.

Conforme determinado pela

LC 131, todos os entes deverão divulgar, em tempo real, todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unida-

des gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. Todas informações devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público.

Vale ressaltar que foram definidos prazos para os gestores darem cumprimento à Lei Complementar, a contar da data da sua publicação – todos já ultrapassados. A partir de 27/05/2009, seria de um ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes – vencido em maio

de 2010; de dois anos para os Municípios com população entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes – encerrado em maio de 2011; e de quatro anos para os Municípios com até 50.000 (cinquenta mil habitantes) – maio de 2013. Considera-se “tempo real” o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo sistema, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessárias ao seu pleno funcionamento.



Secretário de Controle Externo, Jailson Tavares, informa que uma ação será realizada visando ao cumprimento da Lei de Transparência

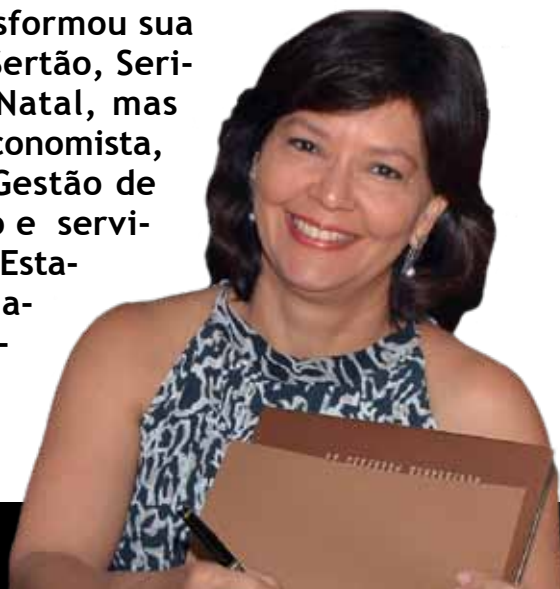


O SERTÃO

EM PALAVRAS E IMAGENS

Graciêma Carneiro

Maria Elza Bezerra Cirne transformou sua paixão pelo Sertão no livro “Sertão, Seridó, Sentidos”. Nascida em Natal, mas com raízes sertanejas, ela é economista, advogada, pós-graduada em Gestão de Municípios e Direito Tributário e servidora do Tribunal de Contas do Estado, onde exerce o cargo de Analista de Controle Externo. Neste espaço, ela revela detalhes de como foi esta construção:



O INÍCIO

Elza conta que o gosto pela leitura veio desde criança, assim como a vivência nas fazendas dos seus avós. Os diversos livros consumidos ao longo da vida foram fundamentais na decisão de Elza começar a escrever.

Com os filhos já crescidos, na adolescência, a autora de “Sertão, Seridó, Sentidos” publicou seu primeiro livro ‘No Rastro das Águas’, em 1997, tendo como personagem principal o avô paterno, José Bezerra de Araújo, destacando os costumes do sertão, a transferência do homem do campo para cidade, as transformações econômicas, políticas e sociais do nosso Estado, a influência dos acontecimentos históricos do nosso país.

“A crítica foi bastante construtiva, segundo Elza, e os leitores cobravam novos escritos. Como estava dedicada à carreira de advogada, sobrava pouco tempo e optei, então, por escrever crônicas.”

A INSPIRAÇÃO

O livro “Sertão, Seridó, Sentidos” surge do retorno à fazenda do avô materno, onde teve o privilégio de reencontrar os moradores que fizeram parte de sua infância e até mesmo a babá, que conservava intactos os brinquedos de criança. A partir das conversas nos alpendres e da visão de uma visitante urbana, a autora descreveu os costumes da região, a bravura de um povo, a religiosidade, os sabores do sertão, os sons e as cores, enfim, tudo que diz respeito aos sentidos de uma região fisiográfica, tão bem retratada por Oswald Lamartine.

AS IMAGENS

Além dos textos, Elza ainda é a responsável pelas ilustrações. As imagens enriquecem muito a obra, mas apesar de não ser profissional, a paixão pela fotografia vem desde a adolescência quando já tinha interesse. E, em 2007, fez um curso de fotografia, adquiriu novos equipamentos e passou a registrar as viagens ao Seridó. As imagens, também foram fontes de inspiração para os textos. “Criou-se um vínculo entre a palavra e a imagem que resultou em Sertão, Seridó, Sentidos”, enaltece Elza.

A EQUIPE

Tudo foi feito sem nenhuma pressa, relata a advogada. As crônicas passaram a ser escritas em 2007 e só foram concluídas no ano passado. Com o texto finalizado, contou com a colaboração de Angela Almeida na direção editorial e Marcelo Buainain – fotógrafo profissional radicado em Natal – para seleção e edição das imagens. Helton Rubiano ficou responsável pelo projeto gráfico e diagramação. O trabalho em equipe resultou numa publicação desejada. Todas as etapas do livro foram da seleção das imagens, o tipo de papel, a capa dura com textura, à sobrecapa, com a escolha de um fragmento da obra de sua mãe, a artista plástica Selma Bezerra.

A EXPOSIÇÃO

O trabalho resultou em um livro de arte sobre o Sertão, com quarenta fotografias, quinze crônicas e dois poemas. Além do lançamento, algumas fotografias com trechos do livro foram exibidos na Pinacoteca do Estado.